

REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO DA PAUTA ESPECÍFICA: COPERT MANTÉM INTRANSIGÊNCIA E DESRESPEITO À CATEGORIA

Na última reunião de negociação entre o SINTUSP e a COPERT, dia 15 de julho, voltada à **Pauta Específica**, apresentamos um conjunto de reivindicações discutido e votado em assembleias da categoria, deixando claro que, embora queiramos tratar de toda a pauta, elencamos como prioridades mais urgentes cinco pontos:

1. Reajuste do **Vale Refeição para R\$ 82,00 por dia**, calculado como valor fixo mensal, sem desconto nas férias e recesso, como medida de recomposição do poder de compra desde 2013;
2. Pagamento de **adicional por qualificação e incentivo à escolaridade/reconhecdo saber**;
3. **Contratação** imediata de funcionários efetivos para o **SVOC e para o HU**;
4. Efetivação do cartão **BUSP para todos os trabalhadores terceirizados**;
5. Incorporação de um **valor fixo de R\$ 1.200,00 aos salários** de todos, como forma de diminuir a desigualdade entre os menores e maiores salários da Universidade.

Sobre a reivindicação do Vale Refeição, a Copert afirmou que não pode atender à demanda porque o comprometimento orçamentário da USP com folha de pagamento estaria acima dos 85%, patamar estabelecido pelos chamados “**parâmetros de sustentabilidade**” de 2017, parâmetros que foram aprovados com bombas e balas de borracha na cabeça de funcionários, estudante e professores que fortemente denunciaram os ataques contidos nessa resolução. Ressaltamos durante a reunião que somos contrários a esses limites orçamentários impostos pela burocracia universitária, que significaram uma série de ataques à universidade pública, às condições de trabalho e estudo.

Na discussão sobre o reajuste do Vale-Refeição (VR), é importante esclarecer que a administração da universidade insiste em contabilizar os gastos com benefícios como VR e VA e auxílios como “gastos de pessoal”, incluindo-os no cálculo do limite máximo de 85% do orçamento destinado à folha de pagamento. Esses valores são de caráter indenizatório, enquanto os gastos com salário são remuneratórios. Colocar essas despesas dentro da folha distorce o orçamento, inflando os números e serve como argumento dos gestores para negar as reivindicações mais elementares da categoria, como o direito a uma alimentação de qualidade. Essa reivindicação sobre a forma contábil de tratar o VA, VR e auxílios já foi, inclusive, apresentada diversas vezes pelo Fórum das Seis.

Além disso, os representantes da Copert não apresentaram qualquer estimativa de quanto impactaria no orçamento o reajuste de R\$ 82,00 no VR, preferindo se apoiar em argumentos genéricos e evasivos. Apontamos que alguns dos restaurantes da Universidade e do entorno praticam preços cada vez mais altos para os trabalhadores, especialmente restaurantes como o da FEA ou do antigo clube dos professores, o que acaba funcionando como um filtro social que evidencia ainda mais o caráter elitista da universidade já que, por não poderem pagar, os trabalhadores acabam, na prática, não podendo usufruir de determinados lugares que estão dentro da universidade pública. Isso sem falar das unidades fora do campus como a Faculdade de Direito, na região central, onde diversos restaurantes praticam preços mais altos, ou nos campi do Interior.

**SE NÃO TEM
AUMENTO DE VR,
QUE COMAM
MARMITEX**



Questionaram se os trabalhadores “comem no restaurante da FEA” (!?), numa fala que soou como provocação, menosprezando o direito dos funcionários a frequentar espaços dentro da universidade e ter uma alimentação de qualidade. Ao que parece a orientação velada da reitoria é clara: que os trabalhadores se contentem com marmitex e alimentação precária.

Sobre o **adicional incentivo a qualificação e reconhecido saber**, consideraram “interessante” a proposta, mas alegaram que seria necessário que ela fosse melhor detalhada e em consonância com a carreira da USP. Respondemos que vamos elaborar uma proposta mais detalhada e que seja compatível com os supostos princípios da carreira da USP, mas ressaltamos que o plano de carreira da Universidade é inconsistente, com regras obscuras e sem garantia de progressões. Ou seja, como então exigir que qualquer proposta esteja “ajustada” a um plano que sequer é seguido na prática? Chegamos a argumentar que existem exemplos como o AIQ (Adicional de Incentivo à Qualificação) da UNESP, já existente e aplicável, ou seja, é uma reivindicação legítima da nossa categoria e praticada por universidades públicas estaduais com realidades similares à da USP.

Ao final, tentaram encerrar a reunião sem termos tratado de vários pontos pendentes. Cobramos então uma resposta sobre o auxílio-funeral, que eles haviam se comprometido a estudar desde a última reunião no ano passado e até agora nada. De forma arrogante e desrespeitosa, disseram que o tema “não estava na pauta do e-mail” e que isso seria nossa responsabilidade. Ou seja, além da demora absurda para responder demandas básicas, a reitoria ainda quer que o sindicato seja responsabilizado por não lembrar os gestores da USP daquilo que eles prometeram responder! Um verdadeiro escárnio. Nem tese de doutorado demora tanto para ser “estudada” quanto este ponto simples.

A reunião demonstrou mais uma vez o desdém da reitoria com as pautas dos trabalhadores, negando respostas concretas, tratando com descaso reivindicações legítimas e, sobretudo, demonstrando mais uma vez o elitismo e o autoritarismo com que conduz a Universidade. Seguiremos denunciando, mobilizando e organizando a categoria para enfrentar esse projeto de gestão que não nos reconhece como sujeitos da Universidade!

Afirmamos também que não aceitaremos desculpas para o não andamento das pautas já apresentadas em reuniões anteriores, que seguem ignoradas. É completamente inadmissível que temas pendentes há meses, alguns desde o ano passado, sigam sem qualquer resposta ou avanço.

A próxima reunião de negociação ficou acordada para 21 de agosto e estaremos atentos para que respondam às nossas demandas!



JÁ FAZEM QUASE 5 MESES QUE O REITOR ANUNCIOU QUE O BUSP SERIA CONCEDIDO PARA AS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS E ATÉ AGORA NADA.

A REITORIA MENTIU?

Em março, no Conselho Universitário, o reitor anunciou que a extensão do direito ao BUSP para as trabalhadoras terceirizadas finalmente seria implementada — reconhecendo publicamente uma conquista arrancada após anos de luta, mobilização e pressão das trabalhadoras, do Sintusp e do conjunto da comunidade universitária.

O que temos até hoje? Nenhuma medida concreta. As terceirizadas seguem sendo obrigadas a percorrer longas distâncias a pé, enfrentando frio, chuva, cansaço, gastos extras e todos os riscos agravados pela precarização do trabalho. Enquanto estudantes, docentes e servidores efetivos têm o direito de usar gratuitamente o ônibus circular, para as terceirizadas esse direito básico continua sendo negado, revelando o abismo de desigualdade mantido pela reitoria.

A promessa feita pelo reitor ficou apenas no discurso: nenhuma orientação oficial foi publicada e a comunidade sequer recebeu uma previsão para que o BUSP de fato chegue às mãos das trabalhadoras terceirizadas.

- Anunciar e não cumprir é, sim, mentir para quem mais precisa desse direito.
- A luta pelo BUSP para as terceirizadas é uma luta contra a segregação, o racismo e o machismo institucionalizado na USP.
- Não aceitaremos mais desculpas nem enrolação!

Exigimos a imediata implementação do BUSP para todas as trabalhadoras terceirizadas, com as mesmas condições dos demais setores da universidade.

Chega de enrolação! BUSP para as terceirizadas já!

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP,
CEP:05508-070 - Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br